AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ nº 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar
80420-010 - Curitiba/PR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

A FOMENTO PARANÁ - Agência de Fomento do Paraná S.A., é uma instituição financeira de desenvolvimento constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cuja autorização para criação dada pela Lei Estadual nº 11.741/1997. O capital social autorizado é de dois bilhões de reais e o Estado do Paraná é o principal acionista. A empresa é submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A instituição atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, para estimular a ampliação da base produtiva e promover a inovação no Paraná.

Por meio do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), a instituição oferece financiamento aos municípios paranaenses para obras de infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos, implantação de programas de modernização administrativa e tributária, entre outros projetos.

Apoiada em uma rede de parceiros, a instituição também disponibiliza crédito para apoiar empreendedores de todos os portes, da indústria, do comércio, do setor de serviços e até da agricultura, em todas as regiões do estado.

É responsável ainda pela gestão de fundos públicos específicos, como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), o Fundo de Aval Rural (FAR), o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR) e ainda pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos da monetização do Banco do Estado do Paraná - Banestado.

MISSÃO

"Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense."

VISÃO DE FUTURO

"Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná."

VALORES

"Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação."

DESTAQUES DO PERÍODO

- O Planejamento Estratégico elaborado para o período 2015-2018 definiu a meta mobilizadora de contratar dois bilhões em financiamentos: R$ 1,2 bilhão para operações do setor público e R$ 800 milhões em operações do setor privado.
- A carteira de crédito total da FOMENTO PARANÁ alcançou a marca de R$ 928,9 milhões e passou a representar 55,2% do ativo total, contra 43,9% aplicados em títulos e valores mobiliários.
- De janeiro a dezembro de 2015, a FOMENTO PARANÁ contratou R$ 281,6 milhões em operações do setor público, que beneficiaram 103 municípios.
- No período, foram contratados R$ 88,1 milhões em financiamentos para empreendedores de micro, pequeno e médio porte, de 225 municípios. Desse volume, R$ 34,1 milhões são referentes a 3.526 contratos de microcrédito.
- Em 2015 as operações voltadas ao setor privado alcançaram uma marca histórica com participação de 23,1% na carteira de crédito total, contra apenas 2,8% registrados há cinco anos.
- Foi lançada linha Banco do Empreendedor - Transporte Escolar e Turismo para aquisição de veículos novos do tipo van, para prestação de serviços de transporte escolar e turismo.
- Estão sendo revisados e atualizados indicadores de referência, normas e sistemas operacionais, de modo a superar desafios do ambiente macroeconômico e assegurar a sustentabilidade da instituição no longo prazo e buscando eficiência, eficácia e efetividade nas ações em âmbito interno e externo.
- A FOMENTO PARANÁ concluiu a estruturação do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR), com patrimônio formado por ações preferenciais de empresas públicas estaduais, recursos em espécie e direitos econômicos sobre participações acionárias do Estado. O valor inicial integralizado foi de R$ 257 milhões e, ao longo do tempo, o FGP/PR poderá garantir até R$ 4 bilhões em investimentos realizados por PPPs.
- A FOMENTO PARANÁ aprovou a participação e aporte de recursos em dois Fundos de Investimentos em Participações-FIP que contam com recursos do BNDES e da FINEP para apoiar, com capital de risco, empreendimentos que apresentem projetos inovadores e com alto potencial de crescimento (fundos Criatec III e Sul Inovação).
- Aprovou, também, sua adesão ao BNDES FGI - Fundo Garantidor para Investimentos, que deve facilitar a obtenção de crédito por empresas de micro, pequeno e médio porte e MEI como mais uma opção de garantia a ser vinculada nos contratos.
- A FOMENTO PARANÁ foi classificada como a 30ª maior empresa paranaense no ranking empresarial Grandes Líderes - 500 Maiores do Sul, elaborado pela revista Amanhã e PricewaterhouseCoopers. Com 52,25% de rentabilidade sobre a receita líquida, a empresa foi a melhor colocada no ranking no quesito rentabilidade entre empresas do setor financeiro.
- Foi lançado em parceria com o Sebrae/PR o livro "Microcrédito, construindo histórias no Paraná - Uma revolução silenciosa que contribui para o crescimento da economia e dos municípios". A publicação traz um apanhado de histórias de sucesso de agentes de desenvolvimento e de seus clientes, empreendedores paranaenses, apoiados pelo Programa de Microcrédito da FOMENTO PARANÁ ao longo dos 16 anos de vida da instituição.
- Um novo sistema de concessão de microcrédito foi desenvolvido e implantado, criando uma interface mais intuitiva, inteligente e explicativa, que simplifica os procedimentos, para tornar mais rápido e mais eficiente o fluxo das operações.
- A FOMENTO PARANÁ passou a integrar o Sistema Paranaense de Fomento, em conjunto com o BRDE. Criado pelo Governo do Estado para convergência de ações voltadas ao financiamento dos municípios e dos empreendedores paranaenses, o sistema tem a missão de fomentar o desenvolvimento econômico e social por meio da oferta de crédito.
- A FOMENTO PARANÁ passou por auditoria periódica do Banco Central do Brasil. Os auditores da Diretoria de Fiscalização apontaram que a FOMENTO PARANÁ é uma instituição na condição de baixo risco e bastante pujante, como é a economia paranaense. Também foram satisfatórios os escores obtidos pela instituição na estrutura CAREL - modelo utilizado pelo Bacen para avaliar a estrutura de capital, dos ativos, da rentabilidade, da eficiência gerencial e da liquidez dos bancos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

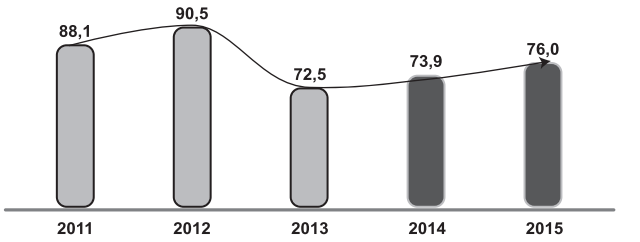
Lucro Líquido

O lucro líquido da FOMENTO PARANÁ acumulado no ano de 2015 teve um aumento de 2,8% e alcançou o montante de R$ 76 milhões.

Os fatores que mais influenciaram o resultado foram o crescimento de 26,4% das receitas de operações de crédito e o aumento de 36,3% no resultado de títulos e valores mobiliários, em 12 meses. Em consequência, o resultado operacional apresentou alta de 18,2% em relação ao mesmo período de 2014.

Esse resultado é decorrente basicamente da elevação das taxas de juros que remuneram as aplicações financeiras e a carteira de crédito da instituição. Cerca de 44% dos ativos são remunerados pela CDI/CETIP e SELIC, com variação média de 22%, e cerca de 80% da carteira de crédito é remunerada pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), índice que apresentou variação média 25%.

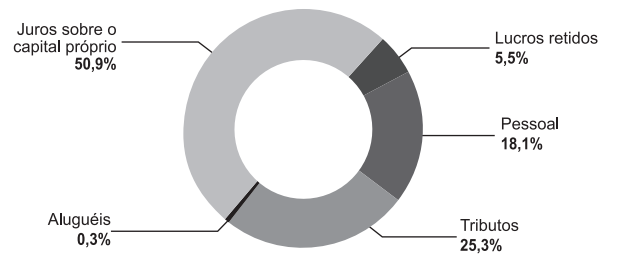
LUCRO LÍQUIDO (R$ MILHÕES)



O resultado foi impactado negativamente pelo acréscimo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que em 2015 somou R$ 27 milhões, contra R$ 4 milhões no mesmo período de 2014. Destaque ainda para o aumento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, por conta do crescimento significativo do resultado tributável, e ainda, pela elevação da alíquota da Contribuição Social (CSLL) que passou de 15% para 20%, a partir de setembro de 2015.

A riqueza gerada pela FOMENTO PARANÁ, medida pelo conceito de valor adicionado, alcançou o total de R$ 135 milhões, dos quais R$ 34 milhões foram recolhidos aos cofres públicos - 99,7% para a esfera federal e o restante 0,3% ao Estado e município - valor 72% superior ao destinado no exercício de 2014. Outros R$ 24 milhões foram destinados para remuneração dos colaboradores - valor 11% superior ao exercício anterior - e R$ 69 milhões destinados aos acionistas, uma elevação de 10% em relação ao mesmo período de 2014.

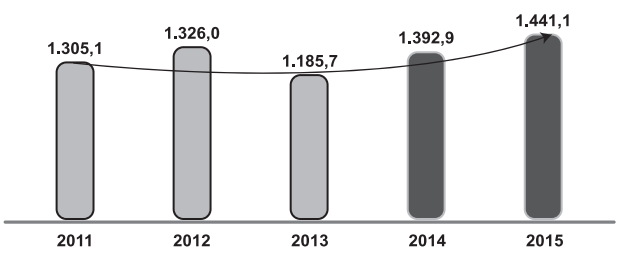
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO



Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido teve uma elevação de 3,5% e totalizou R$ 1.441,1 milhões em dezembro de 2015, contra R$ 1.392,9 milhões registrados no período anterior. O crescimento decorre basicamente da capitalização, no valor de R$ 40,8 milhões, promovida pelo acionista majoritário, o Estado do Paraná, que incorporou parte dos juros sobre o capital próprio relativos ao quarto trimestre de 2014 e primeiro semestre de 2015.

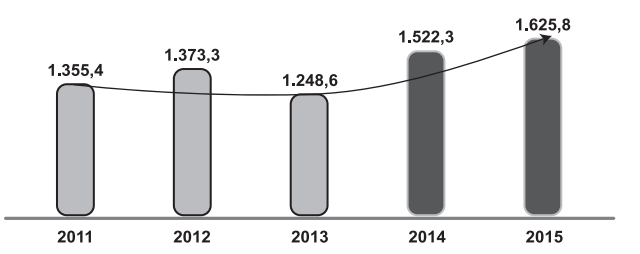
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R$ MILHÕES)



Ativo Total

Os ativos totais da FOMENTO PARANÁ apresentaram crescimento de 6,8% e saldo de R$ 1.625,8 milhões em dezembro de 2015. Na composição dos ativos, destaca-se a representatividade de 55,2% da carteira de crédito, contra 43,9% da carteira de títulos e valores mobiliários (totalmente lastradas em títulos públicos federais), e 0,9% os demais ativos.

ATIVO TOTAL (R$ MILHÕES)

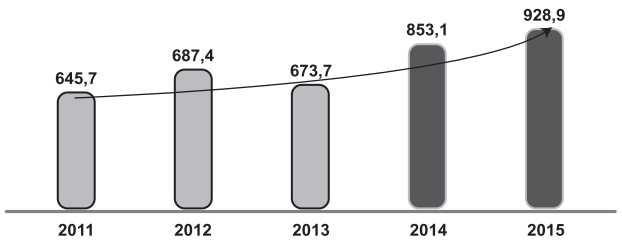


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Carteira de Crédito

A carteira de crédito total da instituição teve um crescimento de 8,9% no período, passando de R$ 853,1 milhões, registrados em dezembro de 2014, para R$ 928,9 milhões, em dezembro de 2015. Em cinco anos o crescimento verificado é de 43,9%.

CARTEIRA DE CRÉDITO (R$ MILHÕES)



A carteira de crédito está composta por 76,9% de operações do setor público (financiamento aos municípios) e 23,1% de operações do setor privado.

O coeficiente de adequação de capital apurado em dezembro de 2015 foi de 78,5%. A FOMENTO PARANÁ encontra-se num cenário confortável em relação ao mínimo exigido pelo BACEN, que é de 11%. O Patrimônio de Referência para o período encerrado em 31 de dezembro foi de R$ 340 milhões.

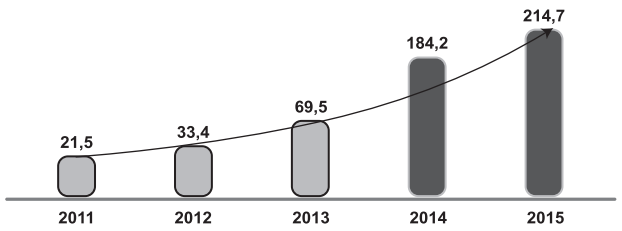
PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

Como instituição financeira de desenvolvimento, a FOMENTO PARANÁ, dirige atenção especial aos empreendedores de micro, pequeno e médio porte e aos informais.

A empresa tem buscado ampliar a oferta de crédito, por meio de uma política de expansão apoiada na captação de recursos e em parcerias estratégicas com instituições representativas do setor produtivo e prefeituras municipais, para aumentar a presença e a capilaridade no estado.

Esse processo proporcionou a formação de uma rede de agentes de desenvolvimento ativos em 354 postos de atendimento, que cobrem 271 municípios.

CARTEIRA DE CRÉDITO - SETOR PRIVADO (R$ MILHÕES)



Microcrédito

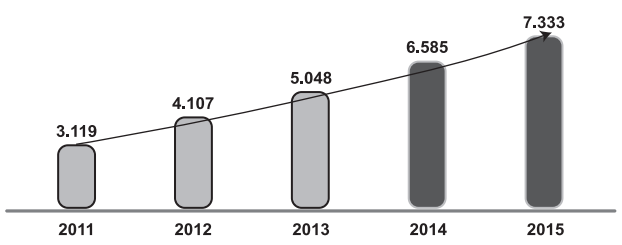
O Programa de Microcrédito da FOMENTO PARANÁ está disponível em todo o território paranaense, como política de democratização do acesso ao crédito e estímulo ao desenvolvimento local. Para isso são usados recursos próprios e repasses do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O objetivo é apoiar pequenos empreendedores, que em geral são excluídos do sistema financeiro tradicional, até pela falta de agentes financeiros em muitas localidades.

O acesso ao microcrédito se dá principalmente por meio da rede de agentes de desenvolvimento formada por funcionários e colaboradores de entidades conveniadas, como prefeituras, agências do trabalhador, federações e associações comerciais, sindicatos patronais, cooperativas de crédito, sociedades de garantia de crédito e conselhos de profissionais autônomos.

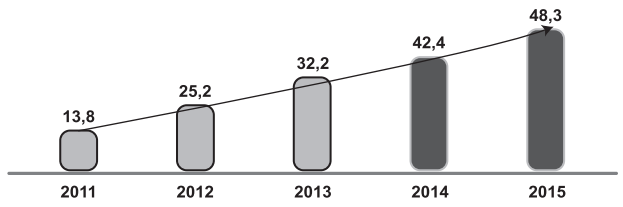
Graças à expansão e à capacitação da rede de agentes, o número de operações de microcrédito tem apresentado evolução constante e significativa, com crescimento de 135% em cinco anos. Em 31 de dezembro, havia 7.333 contratos ativos - 11,4% mais do que no período anterior.

NÚMERO DE CONTRATOS ATIVOS - MICROCRÉDITO



O resultado desse trabalho também aparece na evolução da carteira de microcrédito, que somava R$ 42,4 milhões em dezembro de 2014. Com um crescimento de 13,9% em 2015, essa carteira passou para R$ 48,3 milhões em dezembro de 2015.

CARTEIRA DE CRÉDITO - MICROCRÉDITO (R$ MILHÕES)



Micro, pequeno e médio porte

A FOMENTO PARANÁ financia empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, com linhas que vão de R$ 15 mil a R$ 20 milhões. As fontes de recursos para estas linhas são repasses do BNDES/FINAME, da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e recursos próprios.

O repasse de recursos permite o financiamento de projetos de maior porte, em valores de até R$ 20 milhões, por meio de linhas como BNDES Automático, BNDES/PSI, BNDES PROGEREN e FINAME.

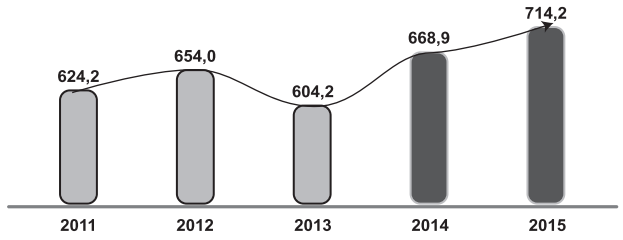
Em 2015 a FOMENTO PARANÁ contratou R$ 25,9 milhões em recursos de repasse do BNDES e R$ 18,6 milhões em repasses da FINEP, por meio das linhas Inovacred e Inovacred Expresso, para apoio a projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico.

Financiamento aos municípios

O financiamento aos municípios - Operações do Setor Público - é a maior fatia da carteira de crédito da FOMENTO PARANÁ (77%). Em 31 de dezembro, a instituição possuía operações ativas com 312 dos 399 municípios paranaenses (78%).

As liberações de recursos de operações do setor público em 2015 somaram R$ 202,8 milhões, o que elevou essa carteira de crédito em 6,8%, para o montante de R$ 714,2 milhões. Nenhuma operação desta carteira apresenta atraso ou inadimplência.

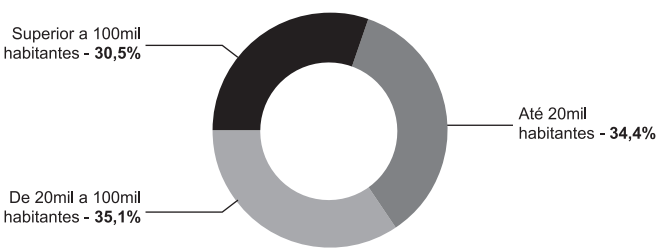
CARTEIRA DE CRÉDITO - SETOR PÚBLICO (R$ MILHÕES)



Em 2015, foram contratados R$ 281,6 milhões em operações do setor público, nas linhas do SFM - Sistema de Financiamento aos Municípios e PROMAP - Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras.

Entre os 103 municípios beneficiados com novos contratos de financiamento em 2015, aqueles com menos de 20 mil habitantes foram responsáveis pela contratação de 34% dos recursos. Cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes contrataram 35% e as com mais de 100 mil habitantes contrataram 31%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO SETOR PÚBLICO (CLASSIFICAÇÃO POR PORTE PUPULACIONAL)



Os principais objetos financiados pelos municípios são: pavimentação de vias urbanas, aquisição de equipamentos rodoviários, construção de escola municipal, posto de saúde, ciclovias, aquisição de terreno para área industrial ou para conjunto habitacional, para aeroporto, centro de convivência de idosos, centro cultural, paço municipal, sistema de gerenciamento de resíduos sólidos, ponte, ginásio de esportes, iluminação pública, infraestrutura tecnológica, parques, praças e áreas verdes.

Ocasionalmente, diante de intempéries naturais, como enchentes, vendavais e queda de granizo, a FOMENTO PARANÁ oferece aos municípios a possibilidade de postergar o pagamento do valor principal devido nos financiamentos, por períodos determinados, para apoiar o reestabelecimento da infraestrutura e a recuperação de bens públicos afetados pelos eventos.

Todas as operações do Setor Público são feitas em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) e seu ente vinculado, o Serviço Social Autônomo Paranacidade, que atua como órgão técnico na contratação dos projetos de financiamento.

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E GESTÃO DE FUNDOS

Além de estruturar e operar financiamentos, a FOMENTO PARANÁ atua na gestão operacional e financeira do Fundo de Aval Rural (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), do Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR). É responsável, ainda, pela gestão e pela cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos do processo de monetização do Banco do Estado do Paraná - Banestado.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ nº 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar
80420-010 - Curitiba/PR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE

O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) é destinado a apoiar o desenvolvimento socioeconômico do Paraná mediante apoio financeiro aos setores público e privado, por meio de operações especiais de crédito e de participações societárias.

O fundo é usado também para concessão de subvenção econômica nos programas Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, na modalidade de equivalência em produtos; nas linhas do programa Banco do Empreendedor Micro e Pequena Empresa e Taxistas, bem como na linha PROMAP na modalidade equalização de taxas de juros.

Os recursos do FDE são utilizados ainda para subvencionar a taxa de prêmio de seguro rural de 29 culturas cultivadas no Paraná, para dar suporte ao Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar. A subvenção em geral reduz em até 50% o volume de recursos que o produtor precisa pagar a título de prêmio pela apólice de seguro para a lavoura.

Em 2015 a FOMENTO PARANÁ registrou a entrada de R$ 24,9 milhões no FDE. São recursos obtidos da renegociação para recuperação de créditos vencidos, do pagamento de parcelas de financiamento em andamento e ainda recursos transferidos pela própria FOMENTO PARANÁ, por conta da compra de parte da carteira de operações do FDE.

Os recursos que entram no FDE são destinados a novas operações de financiamento, à subvenção do seguro rural e ao subsídio concedido nas linhas Banco do Empreendedor Taxistas e PROMAP, sempre no intuito de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado.

O fundo também foi utilizado no período como alternativa ao fechamento circunstancial da linha BNDES-PER (Programa BNDES Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais), para atender duas operações de financiamento contratadas por empresas do município de União da Vitória, que foram muito prejudicadas por uma enchente.

Fundo de Aval Rural - FAR

A FOMENTO PARANÁ é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná (FAR), instituído pela Lei Estadual nº 14.431/2004. O fundo provê recursos para garantir o risco das operações contratadas por agricultores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, junto à rede bancária conveniada. Em valores históricos, esse fundo já beneficiou 13.811 tomadores de crédito rural, tendo alavancado mais de R$ 100 milhões em créditos do Pronaf operados pelo Banco do Brasil.

Em 2015 foram recuperados R$ 35 mil em créditos devidos ao FAR, que serão reaplicados em novas operações.

Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM

O Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) tem a finalidade de prover recursos financeiros à FOMENTO PARANÁ para promover a redução das taxas de juros nas operações de microcrédito. O fundo também garante o suporte, por meio da equalização de taxas de juros, à linha Paraná Juro Zero, destinada a estimular atividades empreendedoras de famílias atendidas pelo programa Família Paranaense, coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Em 2015 foram utilizados R$ 362 mil para equalizar operações de microcrédito da FOMENTO PARANÁ.

Cobrança de Ativos e Bens

A FOMENTO PARANÁ é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados “Ativos do Estado”, originários da operação de saneamento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde março de 2001.

Mudanças aprovadas na legislação que instituiu o Programa de Recuperação dos Ativos (Lei Estadual nº 17.732/2013), ao fim de 2014, permitiram renegociar diversos contratos com valores vencidos. Dessa forma, foram recuperados em 2015 cerca de R$ 10 milhões em créditos de “Ativos do Estado”, que poderão ser reaplicados em novas operações.

Fundo Garantidor de PPPs - FGP/PR

A FOMENTO PARANÁ foi designada pelo Governo do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 18.376/2014, a assumir a gestão do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR). A administração dos recursos financeiros do FGP/PR fica a cargo da Caixa Econômica Federal. O fundo foi criado com um patrimônio de R$ 257 milhões, entre recursos líquidos e ações preferenciais das companhias estaduais de energia (Copel) e de saneamento (Sanepar), e contar ainda com recursos oriundos dos direitos econômicos dessas companhias.

O fundo pode prestar contra garantias a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais para garantir o cumprimento de obrigações em contratos de PPPs.

A estruturação do FGP-PR teve a participação das secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda.

Fundo Garantidor de Investimentos - FGI

O Conselho de Administração aprovou, em maio de 2015, a Norma Corporativa que regula a operacionalização do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), no âmbito da FOMENTO PARANÁ. A instituição já fez um aporte de recursos e está estruturando o funcionamento do FGI, que tem por finalidade garantir o risco de financiamentos e empréstimos concedidos a empresas de micro, pequeno e médio porte e microempreendedores individuais em operações de repasse de recursos do BNDES.

PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Concluído o 1º Ciclo do Planejamento, correspondente ao quadriênio 2011-2014, no qual a FOMENTO PARANÁ foi reestruturada, para ampliar o apoio aos empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, em 2015 a instituição deu início ao 2º Ciclo de Planejamento Estratégico.

O objetivo é alterar e consolidar rumos e preparar a empresa para os próximos anos, sempre atendendo à missão de “promover o desenvolvimento sustentável através de apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense”.

O processo de gestão estratégica foi elaborado por meio da metodologia BSC *(Balanced Scorecard)* e estabeleceu a Meta Mobilizadora a ser atingida de “Aplicar R$ 2 bilhões em operações de financiamento a projetos dos setores público e privado nos próximos quatro anos”.

Apoiada no conceito de gestão por resultados, com contrato de gestão, a ação envolveu os níveis operacional, tático e estratégico, para estabelecer em conjunto um alinhamento conceitual e prático no que se refere ao planejamento estratégico necessário para atingir objetivos e metas pré-definidos, independentemente do cenário macroeconômico.

Esforços estão em andamento para ampliar e diversificar as fontes de recursos e modelos de financiamento, seja por meio de novos aportes no capital social, seja por meio da criação, incorporação ou adesão a fundos específicos, como aqueles voltados à inovação e fundos de investimento em participação.

O resultado almejado a longo prazo é o reconhecimento da FOMENTO PARANÁ como instituição fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos municípios e do Estado do Paraná, contribuindo com a melhoria da infraestrutura e com a ampliação da base produtiva, de forma a promover o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida dos paranaenses.

O planejamento estratégico é sustentado por boas práticas de governança corporativa, de pessoas e de logística, pelo sólido relacionamento com *stakeholders*, boas relações com organismos de controle, com o mercado e com instituições assemelhadas do Sistema Nacional de Fomento.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	2015	2014
Circulante	**939.104**	**886.873**
Disponibilidades	**-**	**129**
Títulos e valores mobiliários (Nota 3c e 5)	**713.340**	**663.182**
Carteira própria	713.340	566.605
Vinculados à prestação de garantias	-	96.577
Operações de crédito	**224.755**	**219.523**
Operações de crédito (Nota 3d e 6)	241.458	223.025
Setor público	161.889	162.462
Setor privado	79.569	60.563
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6e e 6f)	(16.703)	(3.502)
Outros créditos	**938**	**3.961**
Rendas a receber	1.612	5.459
(-) Deságio em operações de transferência de ativos (Nota 6a e 7a)	(1.247)	(1.959)
Diversos (Nota 7b)	573	461
Outros valores e bens	**71**	**78**
Realizável a longo prazo	**685.222**	**634.392**
Operações de crédito	**676.849**	**634.340**
Operações de crédito (Nota 3d e 6)	690.882	638.767
Setor público	552.335	506.447
Setor privado	138.547	132.320
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6e e 6f)	(14.033)	(4.427)
Outros créditos	**8.373**	**52**
(-) Deságio em operações de transferência de ativos (Nota 6a e 7a)	(2.213)	(6.754)
Diversos (Nota 7b)	10.586	6.806
Permanente (Nota 3h e 8)	**1.486**	**1.033**
Investimentos	**2**	**2**
Outros investimentos	2	2
Imobilizado de uso	**1.441**	**1.003**
Outras imobilizações de uso	3.000	2.194
(-) Depreciações acumuladas	(1.559)	(1.191)
Intangível	**43**	**28**
Ativos intangíveis	81	52
(-) Amortizações acumuladas	(38)	(24)
Diferido	**-**	**-**
Gastos de organização e expansão	257	257
(-) Amortizações acumuladas	(257)	(257)
Total do ativo	**1.625.812**	**1.522.298**

PASSIVO	2015	2014
Circulante	**59.147**	**45.511**
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3k e 9)	**17.168**	**8.635**
BNDES	14.422	7.455
FINAME	1.971	1.120
Outras Instituições	775	60
Outras obrigações (Nota 10)	**41.979**	**36.876**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15	6
Sociais e estatutárias	24.017	18.525
Fiscais e previdenciárias	14.016	3.434
Diversas	3.931	14.911
Exigível a longo prazo	**125.587**	**83.897**
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3k e 9)	**99.635**	**61.973**
BNDES	69.153	50.845
FINAME	15.379	8.667
Outras Instituições	15.103	2.461
Outras obrigações (Nota 10)	**25.952**	**21.924**
Fiscais e previdenciárias	9.230	9.703
Diversas	16.722	12.221
Patrimônio líquido (Nota 12)	**1.441.078**	**1.392.890**
Capital		
De domiciliados no país	1.248.253	1.207.482
Reservas de capital	8	6
Reservas de lucros	192.817	185.402
Total do passivo	**1.625.812**	**1.522.298**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ nº 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar
80420-010 - Curitiba/PR

Fomento Paraná

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita da intermediação financeira	**99.400**	**185.099**	**141.403**
Operações de crédito (Nota 3d)	52.074	98.201	77.669
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 3c)	47.326	86.898	63.734
Despesas da intermediação financeira	**(18.291)**	**(32.211)**	**(6.378)**
Operações de empréstimos e repasses	(3.291)	(5.591)	(2.564)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3e, 6e e 6f)	(15.000)	(26.620)	(3.814)
Resultado bruto da intermediação financeira	**81.109**	**152.888**	**135.025**
Outras receitas/despesas operacionais	**(29.926)**	**(52.047)**	**(49.714)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 13)	1.555	2.488	5.512
Despesas de pessoal (Nota 14)	(13.350)	(25.048)	(23.407)
Outras despesas administrativas (Nota 15)	(14.843)	(22.910)	(26.677)
Despesas tributárias (Nota 16)	(4.623)	(8.622)	(7.029)
Outras receitas operacionais (Nota 17)	5.503	7.241	3.921
Outras despesas operacionais (Nota 18)	(4.168)	(5.196)	(2.034)
Resultado operacional	**51.183**	**100.841**	**85.311**
Resultado não operacional	**13**	**10**	**(3)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**51.196**	**100.851**	**85.308**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 3l e 19)	**(13.855)**	**(21.941)**	**(9.593)**
Provisão para imposto de renda	(7.873)	(12.870)	(5.922)
Provisão para contribuição social	(5.982)	(9.071)	(3.671)
Participações estatutárias no lucro	**(2.863)**	**(2.863)**	**(1.829)**
Lucro líquido	**34.478**	**76.047**	**73.886**
Juros sobre o capital próprio (Nota 3m e 12c)	**(29.149)**	**(68.632)**	**(62.431)**
Número de ações	1.248.253	1.248.253	1.207.482
Lucro líquido por ação do capital social (em R$)	27,62	60,92	61,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 *(Em milhares de Reais)*

	2015				2014	
Descrição	2º Semestre	%	Exercício	%	Exercício	%
Receitas	**90.095**		**165.866**		**145.125**	
Intermediação financeira	99.400		185.099		141.403	
Prestação de serviços	1.555		2.488		5.512	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.000)		(26.620)		(3.814)	
Outras receitas/despesas	4.140		4.899		2.024	
Despesas da intermediação financeira	**(3.291)**		**(5.591)**		**(2.564)**	
Insumos adquiridos de terceiros	**(17.262)**		**(24.912)**		**(26.131)**	
Materiais, energia e outros	(37)		(73)		(128)	
Serviços de terceiros	(10.112)		(15.328)		(16.490)	
Outras	(7.113)		(9.511)		(9.513)	
Comunicação	(123)		(219)		(187)	
Propaganda, promoções e publicidade	(2.011)		(2.495)		(5.632)	
Serviços do sistema financeiro	(132)		(354)		(317)	
Processamento de dados	(1.000)		(1.961)		(1.916)	
Outras	(3.847)		(4.482)		(1.461)	
Valor adicionado bruto	**69.542**		**135.363**		**116.430**	
Depreciações e amortizações	**(216)**		**(411)**		**(288)**	
Valor adicionado a distribuir	**69.326**		**134.952**		**116.142**	
Distribuição do valor adicionado	**69.326**	**100%**	**134.952**	**100%**	**116.142**	**100%**
Pessoal	**14.284**	**20,60%**	**24.378**	**18,06%**	**22.027**	**18,96%**
Remunerações e honorários	12.276		20.618		18.617	
Benefícios e treinamento	1.434		2.682		2.438	
FGTS	574		1.078		972	
Impostos, taxas e contribuições	**20.408**	**29,44%**	**34.184**	**25,33%**	**19.904**	**17,14%**
Federais	20.328		34.055		19.622	
Estadual	-		1		1	
Municipais	80		128		281	
Remuneração de capitais de terceiros	**156**	**0,23%**	**343**	**0,26%**	**325**	**0,28%**
Aluguéis	156		343		325	
Remuneração de capitais próprios	**34.478**	**49,73%**	**76.047**	**56,35%**	**73.886**	**63,62%**
Juros sobre o capital próprio	29.149		68.632		62.431	
Lucros retidos	5.329		7.415		11.455	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	**1.011.742**	**-**	**3**	**42.485**	**131.462**	**-**	**1.185.692**
Aumento de capital (Nota 12b)							
- Com subscrição de ações no país	-	195.743	-	-	-	-	195.743
- Incorporação ao capital homologado BACEN	195.740	(195.740)	-	-	-	-	-
Outros eventos							
- Ágio na subscrição de ações	-	(3)	3	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	73.886	73.886
Destinações							
- Reservas	-	-	-	3.694	7.761	(11.455)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(12.363)	(12.363)
- Juros sobre o capital próprio - adicional proposto	-	-	-	-	-	(50.068)	(50.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**1.207.482**	**-**	**6**	**46.179**	**139.223**	**-**	**1.392.890**
Mutações do exercício	**195.740**	**-**	**3**	**3.694**	**7.761**	**-**	**207.198**
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**1.207.482**	**-**	**6**	**46.179**	**139.223**	**-**	**1.392.890**
Aumento de capital (Nota 12b)							
- Com subscrição de ações no país	-	40.773	-	-	-	-	40.773
- Incorporação ao capital homologado BACEN	40.771	(40.771)	-	-	-	-	-
Outros eventos							
- Ágio na subscrição de ações	-	(2)	2	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	76.047	76.047
Destinações (Nota 12c)							
- Reservas	-	-	-	3.803	3.612	(7.415)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(12.487)	(12.487)
- Juros sobre o capital próprio - adicional proposto	-	-	-	-	-	(56.145)	(56.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.248.253**	**-**	**8**	**49.982**	**142.835**	**-**	**1.441.078**
Mutações do exercício	**40.771**	**-**	**2**	**3.803**	**3.612**	**-**	**48.188**
Saldos em 01 de julho de 2015	**1.207.482**	**-**	**6**	**48.258**	**139.230**	**-**	**1.394.976**
Aumento de capital (Nota 12b)							
- Com subscrição de ações no país	-	40.773	-	-	-	-	40.773
- Incorporação ao capital homologado BACEN	40.771	(40.771)	-	-	-	-	-
Outros eventos							
- Ágio na subscrição de ações	-	(2)	2	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	34.478	34.478
Destinações (Nota 12c)							
- Reservas	-	-	-	1.724	3.605	(5.329)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(5.723)	(5.723)
- Juros sobre o capital próprio - adicional proposto	-	-	-	-	-	(23.426)	(23.426)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.248.253**	**-**	**8**	**49.982**	**142.835**	**-**	**1.441.078**
Mutações do semestre	**40.771**	**-**	**2**	**1.724**	**3.605**	**-**	**46.102**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais)

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes da tributação e participações (Nota 2)	**51.196**	**100.851**	**85.308**
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações			
Depreciações e amortizações	216	411	288
Doações de bens no imobilizado	-	-	3
Provisão para operações de crédito	15.000	26.620	3.814
Provisão para contingências	280	(63)	952
Provisão para riscos fiscais	(701)	(473)	(1.834)
Outras provisões	(253)	(250)	(40)
Lucro ajustado antes dos impostos e participações	**65.738**	**127.096**	**88.491**
Redução (aumento) de ativos operacionais			
Titulos e valores mobiliários	6	116.476	(40.508)
Operações de crédito	(71.086)	(74.361)	(189.829)
Outros créditos	(4.528)	(5.298)	4.011
Outros valores e bens	64	7	11
Aumento (redução) de passivos operacionais (Nota 2)			
Obrigações por repasses do país	29.138	46.195	36.515
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.776)	(11.802)	(8.417)
Impostos e contribuições a recolher	550	441	148
Pagamento de participação nos lucros	(1.601)	(1.601)	(1.197)
Outras obrigações	3.389	(6.381)	12.244
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	**15.894**	**190.772**	**(98.531)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações no imobilizado	(9)	(838)	(161)
Aplicações no intangível	(2)	(29)	(4)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	**(11)**	**(867)**	**(165)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	-	-	150.000
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(23.400)	(23.400)	-
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	**(23.400)**	**(23.400)**	**150.000**
(Redução)/aumento no caixa e equivalente de caixa	**(7.517)**	**166.505**	**51.304**
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	720.764	546.742	495.438
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício (Nota 4)	713.247	713.247	546.742
(Redução)/aumento no caixa e equivalente de caixa	**(7.517)**	**166.505**	**51.304**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A FOMENTO PARANÁ - Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição") é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.828 de 30/03/01 e respectivas alterações. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

(a) Fundos e programas oficiais;
(b) Orçamentos federal, estaduais e municipais;
(c) Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;
(d) Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças - DIM.

Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em reunião da Diretoria em 07 de março de 2016.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa 11.

Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Eventos como: provisões para riscos fiscais, contingências e créditos de liquidação duvidosa incluem certas estimativas e os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua avaliação. A FOMENTO PARANÁ revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

Reclassificações para comparabilidade

A Administração da FOMENTO PARANÁ optou pela alteração da forma de apresentação do ajuste ao lucro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, passando a ajustá-la a partir do Lucro antes da tributação e participações, anteriormente ajustado pelo Lucro líquido do exercício. Essa alteração ocasionou uma reapresentação no total do "Lucro ajustado antes dos impostos e participações" no montante de R$ 11.422. Adicionalmente, também foi reapresentado o montante de R$ (8.417) e R$ (1.197) referentes aos "Imposto de renda e contribuição social pagos" e "Pagamento de participação nos lucros", anteriormente apresentados como Aumento/(redução) de passivos operacionais. A Administração da Companhia entende que esses ajustes não trazem impactos relevantes nas demonstrações financeiras, tanto qualitativamente quanto quantitativamente e, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais se destacam:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério *"pro rata"* dia para as de natureza financeira.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem o saldo de disponibilidades e títulos e valores mobiliários com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

c. Títulos e valores mobiliários

Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834/10 do CMN, a FOMENTO PARANÁ aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimento, formados exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, constituiu fundos de renda fixa destinados a investidores restritos - FOMENTO PARANÁ, Fundo de Aval Rural (FAR), Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e "Ativos do Estado" - sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, todos sob a forma de condomínio aberto, conforme demonstrado na nota explicativa 5.
Os fundos de investimento são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível na CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data.
Às agências de fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

d. Operações de crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas.
A atualização ("rendimentos") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar.
Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H".

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, seguindo as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00 e Cartas-Circulares BACEN nº 2.899/00 e 2.903/00. Para as operações com saldo inferior a R$ 50 a provisão é constituída tendo por base o nível de atraso dos contratos.
A FOMENTO PARANÁ adota a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 1º do inciso II do art. 4º da Resolução nº 2.682/99.

f. Transações com ativos financeiros - operações com transferência substancial dos riscos e benefícios

As operações de venda ou transferência de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08:
(i) pela instituição vendedora ou cedente:
(a) o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência deve ser baixado do título contábil utilizado para registro da operação original;
(b) o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada;
(ii) pela instituição compradora ou cessionária, o ativo financeiro adquirido deve ser registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, mantidos controles analíticos extracontábeis sobre o valor original contratado da operação.

g. Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, consequentemente, são registradas no ativo e reconhecidas no resultado observando o regime de competência.

h. Ativo permanente

A contabilização no ativo permanente é feita pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, observando as taxas anuais mencionadas na nota explicativa 8.
Os gastos com benfeitorias em bens de terceiros estão sendo amortizados de acordo com os prazos dos respectivos contratos de locação.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecido no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Ao final de cada exercício, a FOMENTO PARANÁ avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável.

j. Provisões para passivos contingentes e riscos fiscais

Os passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é feita com base na opinião do departamento jurídico da instituição, conforme divulgado na nota explicativa 11.

k. Atualização monetária de obrigações

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do exercício.

l. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e reconhece a provisão para imposto de renda e contribuição social, mensalmente pelo regime de competência. A provisão para Imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240/ano. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015 considerando a alíquota de 15% e a partir de 01 de setembro de 2015 pela alíquota de 20%.
Conforme faculta a legislação tributária, a FOMENTO PARANÁ opta pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base na estimativa da receita e recolhe mensalmente esses valores a título de antecipação do efetivamente devido no ajuste anual. As antecipações pagas por estimativa são registradas em conta redutora da provisão para impostos e contribuições sobre lucros, conforme previsto no art. 5º da Circular BACEN nº 2.353/93.
Os impostos passíveis de compensação estão demonstrados no ativo circulante de acordo com a previsão de sua realização.

m. Juros sobre o capital próprio

Conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica "Lucros acumulados", não afetando o lucro líquido do exercício, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades	-	129
Cotas de fundos de investimentos	713.247	546.613
Total caixa e equivalentes de caixa	**713.247**	**546.742**

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

Discriminação	2015	2014
I - Livres		
Fundo de investimento de curto prazo - aberto	-	142
Fundos de investimento de renda fixa - restritos (1)	713.247	566.361
Fundo garantidor de investimentos - FGI (2)	93	102
Subtotal	**713.340**	**566.605**
II - Vinculados à prestação de garantias		
Fundo de investimento referenciado DI - exclusivo (3)	-	96.577
Subtotal	**-**	**96.577**
Total	**713.340**	**663.182**
Circulante	*713.340*	*663.182*

(1) Os fundos de investimento de renda fixa restritos recepcionam além dos recursos da FOMENTO PARANÁ, recursos dos fundos estaduais e da carteira de "Ativos do Estado" sob sua gestão, sendo compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas, sem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas administradoras. As cotas dos fundos não possuem prazo de carência, podendo ser resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo.
O montante correspondente à FOMENTO PARANÁ aplicado nos fundos restritos, em 31 de dezembro de 2015, é de R$ 713.247, que equivale as seguintes participações no patrimônio dos fundos:

Administradores	Patrimônio líquido do fundo	Recursos da FOMENTO PARANÁ	% Participação
Caixa Econômica Federal	338.153	332.662	98,376%
Banco do Brasil	411.023	380.585	92,595%
	749.176	**713.247**	

A composição dos fundos restritos, na data, é a seguinte:

Administradores	Faixas de vencimento	Valor
Caixa Econômica Federal		
Operações compromissadas - LTN	01/16	183.245
LFT	03/18 a 03/21	154.909
DI - ajuste (a)		(1)
Subtotal		**338.153**
Banco do Brasil		
Caixa		12
Operações compromissadas 1 dia - LTN	01/16	218.217
Operações compromissadas longas - LFT	01/16	101.268
LFT	09/16 a 09/20	91.526
Subtotal		**411.023**
Total da carteira - fundos restritos		**749.176**

(a) As operações de derivativos, com contrato Futuro de DI, são utilizadas para adequar a carteira do fundo à política de investimento do mesmo até o limite das posições detidas à vista, ou seja, não podem ser utilizadas para alavancar o patrimônio líquido (PL) do fundo. Essas operações são realizadas pelo gestor do Fundo, objetivando uma melhor rentabilidade e agilidade nas operações, utilizando os recursos dos contratos de DI para montar e desmontar posições prefixadas quando projeta queda na curva de juros.
(2) A FOMENTO PARANÁ, passou a operar com a garantia do FGI - Fundo Garantidor Investimento, administrado pelo BNDES, para tanto, conforme previsto na normas do respectivo fundo, adquiriu cotas na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.
(3) Refere-se a recursos aplicados em cotas de um fundo de investimento exclusivo, lastreado integralmente por títulos públicos federais, constituído em 3 de setembro de 2014 junto ao Banco BTG Pactual S.A., como garantia para uma operação de fiança na qual a FOMENTO PARANÁ figura como Contragarantidora. A Carta Fiança emitida pelo Banco BTG Pactual S.A. exerce a função de Garantia Pública provisória no âmbito do contrato de Concessão Patrocinada da Rodovia PR 323, conforme edital de Concorrência no 001/2014 entre o DER - Departamento de Estradas de Rodagens (Estado do Paraná) e a Concessionária Rota das Fronteiras S.A. Em 30 de abril de 2015 houve a rescisão do contrato da carta fiança emitida pelo Banco BTG Pactual S.A., com resgate integral dos valores aplicados no Fundo pela FOMENTO PARANÁ.

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Classificação das operações de crédito

Descrição	2015	2014
Empréstimos	25.281	22.556
Financiamentos	257.844	236.026
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	649.215	603.210
Carteira bruta (1)	**932.340**	**861.792**
(-) Deságio na aquisição de carteira (2)	(3.460)	(8.713)
Carteira líquida de ajuste	**928.880**	**853.079**
(-) Provisão para operações de crédito	(30.736)	(7.929)
Carteira líquida de provisão	**898.144**	**845.150**

(1) No montante da carteira de crédito está incorporado o deságio na aquisição de operações de crédito, registrado na conta "Deságio em operações de transferência de ativos", conforme descrito na nota explicativa 7a.
(2) No exercício de 2015, a Instituição baixou do ativo o montante de R$ 5.253 a título de deságio na aquisição da carteira, deste total R$ 1.202 foram apropriados na rubrica receitas de operações de crédito e R$ 4.051 foram revertidos do ativo, sem impacto no resultado do exercício, tendo em vista concessão de desconto ao cliente na quitação de uma operação de crédito em conformidade com a Lei Estadual nº 17.732/13 alterada pela Lei Estadual nº 18.382/14.

b. Composição por setor de atividade econômica

	2015	2014
Setor privado	**214.656**	**184.170**
Indústria	89.087	74.235
Comércio	38.659	42.257
Serviços	84.789	63.831
Pessoas físicas	2.121	3.847
Setor público	**714.224**	**668.909**
Administração direta municipal	714.224	668.909
Carteira líquida de ajuste	**928.880**	**853.079**

c. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

Descrição	2015	% da Carteira	2014	% da Carteira
Principal devedor	46.258	4,98%	57.102	6,69%
10 Maiores devedores	213.184	22,95%	171.070	20,05%
50 Maiores devedores	253.867	27,33%	239.416	28,06%
Demais devedores	415.571	44,74%	385.491	45,20%
Carteira líquida de ajuste	**928.880**	**100,00%**	**853.079**	**100,00%**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

d. Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

	Operações em curso normal									
Níveis de risco	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Carteira líquida de ajuste**
Parcelas vincendas	**107.511**	**683.908**	**78.718**	**13.483**	**324**	**373**	**83**	**1.121**	**905**	**886.426**
1 a 30 dias	3.192	19.719	1.643	398	15	14	4	36	43	25.064
31 a 60 dias	2.290	14.315	1.368	339	13	12	4	30	40	18.411
61 a 90 dias	2.289	14.480	1.386	347	13	13	4	30	39	18.601
91 a 180 dias	6.968	42.388	4.081	1.009	35	38	12	88	104	54.723
181 a 360 dias	11.890	75.817	8.956	1.978	69	75	18	177	182	99.162
Acima de 360 dias	80.882	517.189	61.284	9.412	179	221	41	760	497	670.465
Parcelas vencidas até 14 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**1**
Subtotal	**107.511**	**683.908**	**78.718**	**13.483**	**324**	**373**	**83**	**1.121**	**906**	**886.427**
	Operações em curso anormal									
Parcelas vincendas	**-**	**280**	**6.255**	**4.059**	**3.056**	**2.747**	**1.583**	**1.796**	**13.494**	**33.270**
1 a 30 dias	-	7	306	197	126	100	64	64	580	1.444
31 a 60 dias	-	6	272	177	121	95	63	62	577	1.373
61 a 90 dias	-	5	268	175	120	95	61	62	575	1.361
91 a 180 dias	-	16	775	498	350	279	174	178	1.703	3.973
181 a 360 dias	-	33	1.387	862	630	528	308	325	2.841	6.914
Acima de 360 dias	-	213	3.247	2.150	1.709	1.650	913	1.105	7.218	18.205
Parcelas vencidas	**-**	**8**	**344**	**365**	**457**	**499**	**364**	**492**	**6.654**	**9.183**
1 a 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	435	435
15 a 30 dias	-	8	340	213	129	104	66	66	117	1.043
31 a 60 dias	-	-	4	127	115	92	62	58	582	1.040
61 a 90 dias	-	-	-	24	105	89	62	56	574	910
91 a 180 dias	-	-	-	1	108	156	145	164	1.723	2.297
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	58	29	148	3.181	3.416
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	42	42
Subtotal	**-**	**288**	**6.599**	**4.424**	**3.513**	**3.246**	**1.947**	**2.288**	**20.148**	**42.453**
Total geral em 31/12/2015	**107.511**	**684.196**	**85.317**	**17.907**	**3.837**	**3.619**	**2.030**	**3.409**	**21.054**	**928.880**
Total geral em 31/12/2014	**166.005**	**549.485**	**96.196**	**34.651**	**2.619**	**1.072**	**596**	**520**	**1.935**	**853.079**

e. Composição por nível de risco e provisão constituída

			2015		2014
			Provisão resolução BACEN		
Classificação de risco	**Carteira líquida de ajuste**	**% particip.**	**%**	**Valor**	**Provisão resolução BACEN**
AA	107.511	11,57	-	-	-
A	684.196	73,66	0,5	3.421	2.747
B	85.317	9,18	1,0	853	962
C	17.907	1,93	3,0	537	1.039
D	3.837	0,41	10,0	384	262
E	3.619	0,39	30,0	1.086	322
F	2.030	0,22	50,0	1.015	298
G	3.409	0,37	70,0	2.386	364
H	21.054	2,27	100,0	21.054	1.935
Total	**928.880**	**100,00**		**30.736**	**7.929**

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldo no início do exercício	**7.929**	**5.891**
Provisão constituída (1)	30.440	7.620
Reversão de provisão	(3.820)	(3.806)
Efeito no resultado	**26.620**	**3.814**
Créditos baixados para prejuízo	(3.813)	(1.776)
Saldo no fim do exercício	**30.736**	**7.929**

(1) O aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada em 2015, é oriundo principalmente das operações do setor privado, somando R$ 29.002 (R$ 6.091 em 2014), do total registrado. Esse aumento, decorre sobretudo, da piora na classificação de rating de contratos por atrasos registrados no pagamento.

g. Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO PARANÁ aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito, fiança bancária, fundos garantidores de crédito (FAMPE e FGI) e garantias emitidas por outras instituições, como sociedades de garantia de crédito. Nas operações de crédito concedidas às prefeituras são aceitas quotas parte do ICMS e/ou FPM.

h. Créditos renegociados e recuperados

Discriminação	**2015**	**2014**
Renegociação	4.632	1.787
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	1.146	876

O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R$ 9.634 em 31 de dezembro de 2015 (R$ 6.969 em dez/2014).

i. Cessão de créditos

Em dezembro de 2014 a FOMENTO PARANÁ adquiriu os direitos creditórios sobre 12 operações de crédito da carteira do Fundo do Desenvolvimento Econômico (FDE) no montante de R$ 33.008, pelo valor de R$ 24.295. A diferença entre o valor nominal e o valor pago foi contabilizado como deságio no grupo "Outros Créditos". A receita com essas operações de crédito está sendo reconhecida no resultado pelas respectivas taxas efetivas. Em 26 de dezembro de 2014, efetuou-se o pagamento de R$ 15.733, e o valor restante de R$ 8.562 foi pago ao FDE em 30 de janeiro de 2015.
Conforme determina a Resolução BACEN nº 3.533/08, o ativo financeiro adquirido foi registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, mantidos controles analíticos extracontábeis sobre o valor original contratado da operação.

7 OUTROS CRÉDITOS

a. Deságio em operações de transferência de ativos

Nesta conta está registrado o saldo a realizar do deságio incorrido na aquisição dos direitos creditórios sobre 11 operações de crédito da carteira do FDE. O deságio está sendo reconhecido no resultado conforme o prazo de cada operação. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do deságio é de R$ 3.460.

b. Diversos

	2015	2014
Adiantamentos concedidos	366	215
Devedores por depósitos em garantia (1)	10.607	6.853
Devedores diversos país	186	199
Total	**11.159**	**7.267**
Circulante	*573*	*461*
Longo prazo	*10.586*	*6.806*

(1) Nesta conta estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, sendo que R$ 10.586 (R$ 6.790 em dez/2014) refere-se ao depósito na ação declaratória de imunidade tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranacidade, autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, originária dos autos de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba, relativos aos anos de 2002 a 2008. O depósito judicial teve início em 2007, em função da referida ação, e considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, a FOMENTO PARANÁ vem retendo, mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente.
Em dezembro de 2015, foi efetuada a atualização monetária do respectivo depósito no valor de R$ 3.075, a qual foi aplicada retroativamente desde 2007, a atualização foi registrada na rubrica "Outras receitas operacionais", conforme Nota 17. Considerando que o valor depositado é retido do fornecedor, a atualização teve contrapartida na rubrica "Credores diversos no país", conforme Nota 10 e registro de despesas de atualização monetária, na rubrica "Outras despesas operacionais", conforme Nota 18. Desta forma não gerou impactos no resultado da Instituição no respectivo exercício.

8 ATIVO PERMANENTE

a. Imobilizado de uso

		2015			2014
			Depreciação	Valor	Valor
	(*)	**Custo**	**acumulada**	**líquido**	**líquido**
Instalações, móveis e equipamentos	10%	1.265	(703)	562	661
Sistema de comunicação	10%	237	(32)	205	39
Processamento de dados	20%	994	(534)	460	214
Sistema de transporte	20%	29	(29)	-	-
Benfeitorias de bens de terceiros	20% a 50%	475	(261)	214	89
Total		**3.000**	**(1.559)**	**1.441**	**1.003**

(*) Taxa anual de depreciação e amortização.

b. Movimentação do imobilizado de uso

	Instalações, móveis e equipamentos	Processamento de dados	Outros (1)	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	**641**	**292**	**189**	**1.122**
Adições	126	8	28	162
Baixas	(3)	-	-	(3)
Depreciações	(103)	(86)	(89)	(278)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**661**	**214**	**128**	**1.003**
Saldo em 01 de janeiro de 2015	**661**	**214**	**128**	**1.003**
Adições	9	401	428	838
Baixas	-	-	(3)	(3)
Depreciações	(108)	(155)	(134)	(397)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**562**	**460**	**419**	**1.441**

(1) Contempla: sistema de comunicação, sistema de transporte e benfeitorias em bens de terceiros.

9 OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Essas obrigações correspondem aos saldos de recursos originários de instituições oficiais de repasse do país, os quais são repassados para financiamentos a empreendimentos no Estado do Paraná, na área privada e pública. Essas obrigações estão atualizadas até a data do balanço pelas disposições contratuais definidos nas políticas operacionais de cada órgão ou fundo repassador de recursos.
Os saldos dessas obrigações estão sumariados a seguir:

Instituições oficiais do país	**2015**	**2014**
BNDES	83.575	58.300
FINAME	17.350	9.787
CEF	2.664	1.284
FINEP	13.214	1.237
Total	**116.803**	**70.608**
Circulante	*17.168*	*8.635*
Longo prazo	*99.635*	*61.973*

Os recursos repassados das instituições oficiais são oriundos das seguintes linhas de crédito:

Linha de crédito	**Taxa de atualização**	**Vencimento final**	**2015**	**2014**
BNDES consórcio BRDE	TJLP + 0,9% a.a.	15/09/16	36	82
BNDES automático	TJLP + 1,1% a 5,4% a.a. ou SELIC Acum. + 0,5% a 3,0% a.a.	15/07/23	23.014	10.171
BNDES microcrédito	TJLP + 0,9% a 1,5% a.a.	15/11/21	45.271	34.090
BNDES programa PSI	0,5% a 14,87% a.a.	15/10/24	15.255	13.957
FINAME PSI	0% a 8,0% a.a.	15/01/24	15.218	9.787
FINAME Pos Fixado	SELIC Acum. + 1,96% a.a.	15/08/22	2.131	-
CAIXA FGTS Pró Transporte (1)	6,4% a.a. a 6,6% a.a.	15/12/38	2.664	1.284
FINEP - Inovacred (2)	TJLP + 2% a.a.	15/09/23	13.214	1.237
Total			**116.803**	**70.608**

(1) Repasse de recursos obtidos pela FOMENTO PARANÁ junto a Caixa Econômica Federal destinados a operações com prefeituras, para financiar projetos de mobilidade urbana, incluídas no PAC 2.
(2) Os respectivos encargos aplicados a FINEP, para o Programa Inovacred, serão deduzidos de 2% a 5% ao ano, a título de equalização, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e as decisões da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação.

10 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2015	2014
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	**15**	**6**
IOF a recolher	15	6
Sociais e estatutárias	**24.017**	**18.525**
Juros sobre o capital próprio (Nota 12c)	21.154	16.696
Provisão para participações nos lucros	2.863	1.829
Fiscais e previdenciárias	**23.246**	**13.137**
Impostos e contribuições sobre lucros	12.147	2.008
Impostos e contribuições a recolher	1.869	1.426
Provisão para riscos fiscais (Nota 11g)	9.230	9.703
Diversas	**20.653**	**27.132**
Provisão para pagamento de despesas	2.119	1.717
Provisão para passivos contingentes (Nota 11c)	5.447	5.566
Provisão para despesas de publicidade e propaganda	196	724
Credores diversos no país (1)	12.891	19.125
Total	**67.931**	**58.800**
Circulante	*41.979*	*36.876*
Longo prazo	*25.952*	*21.924*

(1) Conforme mencionado na nota 11, item d, a FOMENTO PARANÁ, vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade, valor este registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia" conforme nota 7b. O valor do ISS retido do prestador de serviço encontra-se registrado na rubrica "Credores diversos no país" e soma R$ 11.014 (R$ 7.234 em dez/2014). Assim como destacado na nota 7b, foi realizado atualização do respectivo depósito com contrapartida em credores diversos no pais.

11 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS

A FOMENTO PARANÁ é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Os processos passam por avaliação e acompanhamento do departamento jurídico, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constituiu-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.
As ações cíveis e trabalhistas com os riscos avaliados em provável, possível ou remota foram provisionadas.
As contingências para riscos fiscais avaliadas como prováveis foram devidamente provisionadas.

a. Ações trabalhistas

As provisões para ações trabalhistas são oriundas de processo movido por ex-funcionários concursados, cujo pedido principal refere-se a reintegração ao serviço, ao não pagamento da participação nos lucros e resultados e horas extras. Há também ações judiciais de ex-diretores que pleiteiam o pagamento da multa de 40% do FGTS em razão da rescisão contratual antecipada. Além disso, há uma ação de terceirizado, cuja responsabilidade da FOMENTO PARANÁ é apenas subsidiária em caso de eventual condenação. Por fim, foi proposta ação pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financiários de Curitiba e Região em razão do trabalho realizado no dia do feriado de 19 de dezembro de 2015.

Ações trabalhistas	**2015**	**2014**
Terceirizado	11	-
Ex-funcionário concursado	51	458
Ex-diretores	160	217
Sindicato dos Bancários - Curitiba	56	-
Total	**278**	**675**

b. Ações cíveis

As provisões para ações cíveis são originárias de 16 processos, sendo eles:

- Ação de cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

devidamente contestada pela FOMENTO PARANÁ contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/09, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/10. Foi interposto o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão aduzindo, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná deu provimento ao recurso, com a anulação da sentença prolatada e determinando o retorno dos autos à primeira instância para a produção das provas requeridas. Com o retorno dos autos, foi deferida a produção de prova pericial e realização de audiência de instrução e julgamento, aguardando-se sua efetiva realização;

- Ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta capital. O juízo daquela vara julgou-se incompetente, remetendo os autos à 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (autos n° 18098/2010), onde se encontra em fase de instrução processual. O laudo pericial foi desfavorável à FOMENTO PARANÁ, considerando, para fins de cálculo de honorários advocatícios, todas as renegociações efetivadas durante a duração do contrato, e não apenas o efetivamente recebido. Em audiência realizada em 29/08/2013, foram colhidos o depoimento pessoal do autor e de testemunhas e realizada juntada de novos documentos. Foi proferida sentença de improcedência da ação em razão da nulidade da contratação. O autor interpôs recurso de apelação, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Paraná.
- Sete processos movidos por mutuários, visando à reparação de supostos danos morais e/ou materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual e;
- Em sede de recurso ou embargos monitórios a FOMENTO PARANÁ teve 7 ações monitórias declaradas prescritas por força do entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmulas 503/504), firmado em 2014, arcando com o pagamento das verbas sucumbenciais.

Ações cíveis	2015	2014
Ação de cobrança - ABDE	2.137	1.844
Cobrança de honorários advocatícios	2.905	2.455
Diversos - Danos morais e materiais	127	592
Total	**5.169**	**4.891**

c. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	2015			2014
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do exercício	**675**	**4.891**	**5.566**	**4.644**
Movimentação com efeito no resultado	(357)	294	(63)	952
Atualização/encargos	105	795	900	653
Constituição	107	52	159	344
Baixa por reversão	(569)	(553)	(1.122)	(45)
Baixa por pagamento	(40)	(16)	(56)	(30)
Saldo no final do exercício	**278**	**5.169**	**5.447**	**5.566**

d. Fisco Municipal - Autuação ISS

Em 2006 e 2010, a FOMENTO PARANÁ foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço dos exercícios de 2002 a 2008, decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a FOMENTO PARANÁ/SEFA e Paranacidade/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. Sobre esta autuação há depósito em juízo decorrente da Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranacidade (autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação esta que a FOMENTO PARANÁ atua na qualidade de assistente. Afora isso o processo encontra-se aguardando julgamento, sem data prevista. Eventual procedência da demanda implicará no cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS.

Em 06/03/13, foi proferida decisão interlocutória nos autos em epígrafe determinando o depósito dos valores relativos aos autos de infração nº 201.174 e 201.197 (anos 2005 e 2006), no montante de R$ 1.062, bem como declarou a suspensão de exigibilidade dos autos nº 201.203, 201.204, 201.205, 201.207, com fulcro no art. 151, inciso II do Código Tributário Nacional, por não ter vislumbrado prejuízo ao Município de Curitiba/PR, em razão da existência de depósito judicial, referente aos anos de 2007 e 2008.

O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia", conforme demonstrado na nota 7b e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do Paranacidade. Considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, desde 2007 a FOMENTO PARANÁ vem retendo mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente.

e. Fisco Federal - Auto de infração PIS e COFINS

A FOMENTO PARANÁ adota o regime cumulativo para apuração do PIS e COFINS (alíquota de 0,65% e 4,00%, respectivamente), nos termos da Instrução Normativa SRF n° 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação em algumas agências de fomento no país em razão da adoção do regime cumulativo, gerando a possibilidade de enquadramento das agências de fomento no regime de apuração não-cumulativo destas contribuições, nos termos das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas Instituições, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS).

Em data de 22/05/13 a FOMENTO PARANÁ recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob nº MPF 09.0.01.00-2013-00033-9, solicitando esclarecimentos sobre a utilização do regime cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PIS/PASEP e COFINS utilizado por esta instituição, no período de julho de 2008 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o regime utilizado deveria ser o não-cumulativo, tendo em vista que as agências de fomento não se enquadram no rol de instituições financeiras do art. 3º, parágrafos 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto à forma de recolhimento utilizada pela FOMENTO PARANÁ e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 9ª Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando autos de infração, em data de 30/07/2013. Muito embora, a diferença entre a utilização do regime cumulativo e o não-cumulativo suscitasse o valor de R$ 4.734 - já computados a multa e os juros - observado que, pelo regime não-cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a "alíquota zero" prevista no Decreto nº 5.442/05, o referido auto acabou sendo lavrado no valor de R$ 41.830, contrariando o direito previsto pelo art. 1º do referido decreto a que a instituição faz jus.

A FOMENTO PARANÁ, por meio de seu departamento jurídico, apresentou impugnação aos referidos autos de infração, na esfera administrativa, no qual obteve-se em sessão em 8 de outubro de 2013 êxito parcial, com a redução do auto de infração para o valor provisionado de R$ 4.734, que atualizado até 31 de dezembro de 2015 soma R$ 5.375. A decisão proferida foi submetida de ofício à análise do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por força do art. 34 do Decreto nº 70.235/72, e alterações posteriores, que prevê a exigência de recurso necessário. A FOMENTO PARANÁ, em 30 de setembro de 2013, licitou a contratação de escritório de advocacia de renome nacional, por meio do Processo Licitatório de Inexigibilidade nº 03/2013, visando à elaboração de recurso na esfera administrativa, e também na judicial, caso não haja reversão total do valor de autuação. O acompanhamento da ação está sendo realizada pelo escritório Sacha Calmon, Misabel Derzi Consultores e Advogados. Intimada em 14/02/14 do acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, a FOMENTO PARANÁ interpôs recurso voluntário contra o acórdão, na parte em que foi mantida a exigência parcial dos débitos. Em seguida, o processo foi remetido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para apreciação dos recursos voluntário e de ofício.

f. Provisão tributária

A provisão tributária corresponde aos impostos federais e municipais: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, no montante de R$ 3.855, constituída sobre os valores repassados à FOMENTO PARANÁ pelo acionista majoritário "Estado do Paraná" nos exercícios de 2007 a 2011, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, decorrentes da gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da gestão da carteira de crédito dos "Ativos do Estado", oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO. O registro da forma adotada pela FOMENTO PARANÁ tem fundamento nos seguintes instrumentos jurídicos: contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos "Ativos do Estado", celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a FOMENTO PARANÁ e o Decreto Estadual nº 692/07, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE como AFAC. Corroborada pelo Parecer Jurídico tributário TSC - 1470/2013, emitido por consultoria tributária externa, a Administração constituiu a respectiva provisão, por entender se tratar de perda provável.

g. Movimentação das provisões para riscos fiscais

	2015			2014
	Fisco federal	Provisão tributária	Total	Total
Saldo no início do exercício	**5.090**	**4.613**	**9.703**	**11.537**
Movimentação com efeito no resultado	285	(758)	(473)	(1.834)
Atualização/encargos	285	406	691	723
Baixa por reversão	-	(1.164)	(1.164)	(2.557)
Saldo no final do exercício	**5.375**	**3.855**	**9.230**	**9.703**

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social autorizado é de R$ 2.000.000 dividido em 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R$ 1.248.253 (R$ 1.207.482 em dez/2014), representado por 1.248.253 (1.207.482 em dez/2014) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Aumento de capital

Conforme ata da 65ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 17 de agosto de 2015, deliberou-se aumentar o capital social da instituição no montante total de R$ 40.771, através da utilização dos juros sobre o capital próprio. O respectivo aumento de capital foi autorizado pelo Banco Central de acordo com o ofício nº 16.704/2015, conforme demonstrado a seguir:

	Estado do Paraná	Celepar	Total
Juros sobre o capital próprio - 4º trimestre 2014	12.089	3	12.092
Juros sobre o capital próprio - 1º semestre 2015	28.681	-	28.681
Subtotal	**40.770**	**3**	**40.773**
(-) Saldo remanescente de ágio na subscrição de ações	(1)	(1)	(2)
Valor total do aumento	**40.769**	**2**	**40.771**
Nº ações	**40.769**	**2**	**40.771**

O aumento de capital realizado em 2014 no montante total de R$ 195.740, foi oriundo das seguintes fontes: (i) juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas Estado do Paraná e Celepar no valor de R$ 45.724 e R$ 16, respectivamente; e (ii) aporte de R$ 150.000 em espécie pelo acionista Estado do Paraná. Os respectivos aumentos de capital foram autorizados pelo Banco Central de acordo com os ofícios 12.457/2014 - BCB/DEORF/GTCUR de 11/08/14, 12.614/2014 - BCB/DEORF/GTCUR de 13/08/14 e 20.252/2014 - BCB/DEORF/GTCUR de 22/12/14.

c. Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme legislação societária.

Através das Atas da 114ª e 120ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizadas respectivamente em 24 de junho e 16 de dezembro de 2015, foi aprovado nos termos do Estatuto Social da FOMENTO PARANÁ, o crédito dos juros sobre o capital próprio relativo, respectivamente, ao 1º e 2º semestre de 2015.

Os juros sobre o capital próprio do exercício de 2015, foram calculados limitado a 95% do lucro líquido ajustado pela constituição da reserva legal, dentro do limite fiscal previsto na Lei nº 9.249/95, totalizando no exercício o montante bruto de R$ 68.632 (R$ 62.431 em dez/2014), que sofreu retenção na fonte de R$ 2, resultando no valor líquido de R$ 68.630 (R$ 62.429 em dez/2014).

Os juros sobre o capital próprio - JCP são imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Em 2015 conforme Atas das 65ª e 66ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 17 de agosto e 18 de dezembro de 2015, respectivamente, os acionistas aprovaram a integralização de capital e antecipação de pagamento dos juros sobre o capital próprio, relativos ao 1º e 2º semestre de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Data do evento	Acionista	Natureza	Ano-base	Valor líquido	Forma
31/08/2015	Estado do Paraná	Juros sobre o capital próprio	1º Sem. 2015	28.681	Subscrição para aumento de capital
31/08/2015	Estado do Paraná	Juros sobre o capital próprio	1º Sem. 2015	10.795	Pagamento ao acionista
23/12/2015	Estado do Paraná	Juros sobre o capital próprio	2º Sem. 2015	8.000	Pagamento ao acionista

Conforme Ata da 67ª AGE de 26 de janeiro de 2016, os acionistas aprovaram, o aumento de capital da Instituição pelo acionista Estado do Paraná, no montante de R$ 21.143, com utilização dos juros sobre o capital próprio relativo ao 2º semestre de 2015. Desta forma do total de Juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas em 2015, apenas o saldo de R$ 11 relativo a participação acionária da Celepar aguarda destinação.

Conforme deliberado na Ata da 16ª AGO, realizada em 29 de abril de 2015, do saldo de juros sobre o capital próprio registrado em 2014, no total de R$ 16.696, o montante de R$ 12.092 foi destinado ao aumento de capital da Instituição, conforme item b, acima, e R$ 4.604, foi pago em 23 de julho de 2015, ao acionista majoritário Estado do Paraná.

Em conformidade ao estabelecido no art. 52 do Estatuto Social da FOMENTO PARANÁ, o resultado apurado no exercício foi destinado da seguinte forma:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	**76.047**	**73.886**
Reserva legal (5% do lucro líquido)	3.803	3.694
Lucro líquido ajustado	**72.244**	**70.192**
Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	12.487	12.363
Juros sobre o capital próprio - adicional ao mínimo obrigatório	56.145	50.068
Constituição de reserva estatutária	3.612	7.761

13 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2015	2014
Operações de crédito - PJ e PF	598	45
Gestão de fundos estaduais (1)	1.482	5.452
Agente financeiro	74	15
Gestão de fundo garantidor PPP's (2)	334	-
Total	**2.488**	**5.512**

(1) Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e dos "Ativos do Estado" sob gestão da FOMENTO PARANÁ, esta é remunerada conforme a Lei Estadual nº 17.732/13 e o contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos "Ativos do Estado", celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a FOMENTO PARANÁ, e a Lei Estadual nº 5.515/67, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE, conforme evidenciado na nota 21 item "a".

(2) Conforme Lei Estadual nº 18.376/2014, a FOMENTO PARANÁ é responsável pela gestão do Fundo Garantidor de Parceria Público Privada - FGP-PR, e para tanto, é remunerada à taxa de gestão de 0,15% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do FGP-PR.

14 DESPESAS DE PESSOAL

	2015	2014
Proventos	(14.841)	(14.047)
Encargos sociais	(4.611)	(4.181)
Benefícios	(2.654)	(2.385)
Honorários de diretores e conselheiros	(2.352)	(2.152)
Remuneração estagiários	(562)	(589)
Treinamento	(28)	(53)
Total	**(25.048)**	**(23.407)**

15 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Serviços de terceiros (1)	(14.835)	(15.881)
Processamento de dados	(1.961)	(1.916)
Publicações, propaganda e publicidade (2)	(1.844)	(4.636)
Relações públicas	(651)	(996)
Contribuições filantrópicas	(574)	(174)
Serviços técnicos especializados	(493)	(608)
Depreciações e amortizações	(411)	(288)
Viagens	(367)	(425)
Serviços do sistema financeiro	(354)	(317)
Aluguéis	(343)	(325)
Comunicações	(219)	(187)
Manutenção e conservação de bens	(90)	(118)
Transporte	(69)	(64)
Materiais de expediente	(40)	(89)
Outras despesas administrativas	(659)	(653)
Total	**(22.910)**	**(26.677)**

(1) Do total registrado nesta conta, R$ 14.084 (R$ 14.905 em dez/2014) referem-se a despesas com o Paranacidade decorrentes do Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela FOMENTO PARANÁ, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), remunerado à taxa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

de 8%, calculado sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito.
(2) Nesta rubrica são registradas as despesas de publicidade legal, materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing, visando à divulgação da marca e dos produtos da FOMENTO PARANÁ, focando principalmente na ampliação do volume de negócios junto ao público-alvo.

16 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2015	2014
COFINS	(7.292)	(5.790)
PIS	(1.185)	(941)
ISS	(124)	(276)
CIDE, PIS e COFINS Importação	(16)	(15)
IPTU	(4)	(5)
IPVA	(1)	(1)
IOF - Operações de câmbio	-	(1)
Total	**(8.622)**	**(7.029)**

17 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Reversão de provisões	2.712	2.643
Recuperação de encargos e despesas	1.054	1.134
Outras (1)	3.475	144
Total	**7.241**	**3.921**

(1) Do total registrado nesta conta R$ 3.075 refere-se a atualização monetária do depósito judicial, conforme explicado na Nota 7b.

18 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Provisões para contingências - cíveis	(847)	(580)
Provisões para riscos fiscais	(691)	(723)
Provisões para contingências - trabalhistas	(212)	(417)
Outras (1)	(3.446)	(314)
Total	**(5.196)**	**(2.034)**

(1) Do total registrado nesta conta R$ 3.075 refere-se a atualização monetária do depósito judicial, conforme explicado na Nota 7b.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**100.851**	**100.851**	**85.308**	**85.308**
Juros sobre o capital próprio	(68.632)	(68.632)	(62.431)	(62.431)
Participações estatutárias no lucro	(2.863)	(2.863)	(1.829)	(1.829)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	**24.697**	**24.639**	**3.496**	**3.425**
Adições (exclusões) temporárias	**23.157**	**23.086**	**2.468**	**2.392**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.406	22.406	2.219	2.219
Provisões para contingências	(120)	(120)	922	922
Provisões para riscos fiscais	(473)	(473)	(1.834)	(1.834)
Rendas a apropriar em atraso	756	756	200	200
Outras provisões	588	517	961	885
Adições (exclusões) permanentes	**1.540**	**1.553**	**1.028**	**1.033**
Doações e patrocínios	574	574	174	174
Outras adições (exclusões) permanentes	966	979	854	859
Base de cálculo do IRPJ e CSLL do exercício	**54.053**	**53.995**	**24.544**	**24.473**
Incentivos fiscais	(619)	-	(190)	-
Imposto de renda e contribuição social	**12.870**	**9.071**	**5.922**	**3.671**

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (operações de créditos e títulos de valores mobiliários) e passivos (operações de repasses no país) se aproximam de seus correspondentes valores de realização.
Não é prática da FOMENTO PARANÁ operar com derivativos financeiros, porém os fundos de investimento em que a instituição aplica seus recursos financeiros podem, estrategicamente, efetuar operações com derivativos para fins de proteção quanto ao risco de variação das taxas de juros praticadas e para adequação da carteira à política de investimento desses fundos restritos.

21 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Na divulgação sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN/BACEN nº 3.750/09, que determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras. De acordo com o pronunciamento, são partes relacionadas da FOMENTO PARANÁ, o Estado do Paraná, o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação), o Serviço Social Autônomo Paranacidade, a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES e o Pessoal-Chave da Administração.

a. Estado do Paraná

Acionista majoritário detentor de 99,98% das ações da FOMENTO PARANÁ.
Atividades de gestão mediante cobrança da carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), sendo remuneradas por um percentual de 4% fixado na Lei Estadual nº 5.515/67, o qual incide sobre o total de recebimentos do período e são reconhecidos na FOMENTO PARANÁ como receita de prestação de serviços de gestão.
Atividades de gestão de bens, direitos e obrigações dos "Ativos do Estado" oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, sendo remunerada por um percentual de 10% fixado na Lei Estadual nº 17.732/13 e em contrato firmado com o Estado do Paraná, o qual incide sobre o total de recebimentos da carteira de crédito dos ativos do período. O valor repassado à FOMENTO PARANÁ é reconhecido como receita de prestação de serviços de gestão.
Atividades de gestão do Fundo Garantidor de Parceria Público Privada - FGP-PR, conforme Lei Estadual nº 18.376/14, e para tanto, a FOMENTO PARANÁ é remunerada à taxa de gestão de 0,15% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do FGP-PR.
O Estado do Paraná cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a FOMENTO PARANÁ.
A FOMENTO PARANÁ atua como agente financeiro, em operação de crédito, do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) para uma operação específica, recebendo para tanto comissão de 0,5% sobre o total da taxa aplicada.

b. Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação)

Instituição financeira pública estadual, sob controle financeiro do Governo do Estado do Paraná, e através de contrato de cessão não onerosa, concede para instalação da sede da FOMENTO PARANÁ, salas no prédio de sua propriedade, sendo ressarcidos apenas os gastos com condomínio. Existe ainda uma parceria com o Banco, que cede empregados de seu quadro próprio com ônus à FOMENTO PARANÁ.

c. Serviço Social Autônomo Paranacidade

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, criado pela Lei Estadual nº 11.498/96, revogada pela Lei Estadual nº 15.211/06. A FOMENTO PARANÁ, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.227/01, mantém firmado com o Paranacidade Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela FOMENTO PARANÁ, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), sendo remunerado à taxa de 8% calculada sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito. Para operacionalização do programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do Estado do Paraná - PROMAP II (segunda edição do programa) foi firmado com o Paranacidade um Termo Cooperação Técnico Operacional, no qual não há previsão de remuneração pelas atividades de operacionalização.
O Paranacidade cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a FOMENTO PARANÁ.

d. Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR

Acionista minoritário da FOMENTO PARANÁ, é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná. A transação entre as duas empresas decorre da prestação de serviços de informática e tecnologia da informação, através de contrato de prestação de serviços.

e. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Autarquia estadual vinculada a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL. O IPARDES cede funcionário do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a FOMENTO PARANÁ.

f. Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da FOMENTO PARANÁ, representado pela Diretoria e Conselho de Administração.
As transações com essas partes relacionadas são demonstradas a seguir:

	2015			
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Despesa**	**Receita**
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná	-	21.143	68.619	-
Juros sobre o capital próprio - CELEPAR	-	11	13	-
Remuneração do pessoal-chave da Administração	-	404	2.861	-
Gestão de fundos, carteira de Ativos e agente financeiro (1)	1.734	-	-	1.890
Funcionários adidos - BADEP , Estado do Paraná, Paranacidade e Ipardes	-	249	2.144	-
Tecnologia da informação - CELEPAR	-	133	1.748	-
Condomínio - BADEP	-	29	336	-
Comissão - Paranacidade	-	404	14.084	-
Ação judicial - ISS Paranacidade (2)	10.586	11.014	3.075	3.075
	12.320	**33.387**	**92.880**	**4.965**

	2014			
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Despesa**	**Receita**
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná	-	16.693	62.418	-
Juros sobre o capital próprio - CELEPAR	-	3	13	-
Remuneração do pessoal-chave da Administração	-	167	2.546	-
Gestão de fundo e carteira de Ativos (1)	5.605	-	-	5.467
Funcionários adidos - BADEP e Paranacidade	-	68	2.107	-
Tecnologia da informação - CELEPAR	-	125	1.559	-
Condomínio - BADEP	-	25	288	-
Comissão - Paranacidade	-	1.851	14.905	-
Ação judicial - ISS Paranacidade (2)	6.790	7.235	-	-
	12.395	**26.167**	**83.836**	**5.467**

(1) O valor demonstrado em "Ativo" refere-se à taxa de administração e adiantamentos de valores para pagamento de despesas, ambos oriundos da gestão do FDE e da carteira de "Ativos do Estado", serviço de agente financeiro do FDU em operação de financiamento específica, oriunda em 2014, bem como taxa de gestão do FGP-PR.
(2) Conforme mencionado na nota 11, item d, a FOMENTO PARANÁ vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade, valor este registrado como direito na rubrica "Devedores por depósito em garantia", conforme nota 7b. O valor do ISS é retido mensalmente do prestador de serviço, sendo contabilizado como uma obrigação na rubrica "Credores diversos no país", conforme descrito na Nota 10. Quando houver decisão judicial da ação declaratória de imunidade tributária do Paranacidade, a FOMENTO PARANÁ fará o "encontro de contas", com devolução do valor retido ao Paranacidade ou a destinação do depósito judicial à Prefeitura Municipal de Curitiba, para quitação dos autos de infração. Conforme mencionado na Nota 7b, foi efetuada uma atualização monetária do respectivo depósito no valor de R$ 3.075, o qual teve impacto no saldo das contas do Ativo e Passivo, sem efeito do resultado do exercício.

22 ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

A FOMENTO PARANÁ atua conforme as regras de requerimento de capital preconizadas no Acordo de Basileia III, do qual o Brasil é signatário e que resultam em um conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA).
Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

Patrimônio de Referência	**2015**	**2014**
Nível I	**1.441.066**	**1.392.889**
Capital principal	1.441.066	1.392.889
Destaque para operacões com setor público	(1.101.063)	(1.083.870)
PR para comparação com o RWA	**340.003**	**309.019**
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)		
Risco de crédito - RWAcpad	241.170	196.917
Risco operacional - RWAopad	192.064	184.841
Ativos ponderados pelo risco - RWA	**433.234**	**381.758**
Patrimônio de referência mínimo requerido	**47.656**	**41.993**
Margem em relação ao patrimônio mínimo requerido	**292.347**	**267.026**
Risco de taxa de juros da carteira não negociável - Rban	68	67
Índice PR/ ativos ponderados pelo risco - %	**78,48%**	**80,95%**

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A FOMENTO PARANÁ adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez.

a. Risco de crédito

O Risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados.
A FOMENTO PARANÁ avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação de risco da carteira de operações de crédito através de avaliação da perda (esperada e efetiva), simulação de condições extremas, índices de inadimplência por exposição e concentração de carteira.
As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWAcpad, calculado conforme regulamentação do Banco Central.

b. Risco operacional

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da instituição também fazem parte da definição de risco operacional.
Os processos de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais são contínuos e estão de acordo com os dispositivos legais.
Considerando suas características, a FOMENTO PARANÁ utiliza a abordagem do indicador básico, cujo valor é calculado semestralmente seguindo premissas estabelecidas pelo Banco Central, para o cálculo da parcela de risco operacional (RWAopad).

AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ nº 03.584.906/0001-99
Av. Vicente Machado nº 445 - 4º andar
80420-010 - Curitiba/PR

c. Risco de mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercados das posições detidas pela instituição. Na FOMENTO PARANÁ a alocação de capital para cobertura desse risco não se faz necessária, uma vez que as operações da instituição não estão classificadas na carteira de negociação e não estão sujeitas às exposições ao risco em: ouro, moedas estrangeiras, variações cambiais, preço de mercadorias (commodities) e volatilidade do mercado de ações.

De acordo com as especificidades da instituição, é adotado o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco com horizonte de 10 dias e nível de confiança de 99% em todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros. São feitas simulações de cenários extremos e ocorrências de oscilações adversas para verificar o grau de impacto na instituição em situações de crise. A metodologia de simulação adotada é o V@R (value at risk), cujo valor calculado na data-base de Dez/2015 é de R$ 68 mil.

d. Risco de liquidez

É a probabilidade da instituição não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros, correntes e futuros, ou somente fazê-los com elevadas perdas, devido a uma das seguintes situações:

(i) Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a probabilidade de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da instituição;

(ii) Risco de liquidez de mercado: refere-se à probabilidade de perdas de valor dos ativos que garantam a sua liquidez.

A FOMENTO PARANÁ mantém estoque de ativos de alta liquidez em valor definido nos seus normativos internos, compostos de Títulos Públicos Federais compromissados com vencimento em 1 (um) dia ou cotas de fundos lastreadas por estes títulos.

e. Gerenciamento de capital

A Resolução CMN nº 3.988/11, determina a obrigatoriedade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital, cuja Política e o respectivo Plano de Gerenciamento de Capital são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Plano de Capital, parte integrante da Política, está alinhado com o planejamento estratégico da instituição e indica medidas de contingência em caso de estresse de capital.

Maiores informações sobre a estrutura e gerenciamento de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.fomento.pr.gov.br.

24 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 06 de outubro de 2015 houve a conversão da Medida Provisória nº 675/2015, para a Lei nº 13.169/2015 que alterou a alíquota da CSLL sobre o lucro para instituições financeiras, incluindo esta Agência, de 15% para 20%, no período compreendido entre 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, e retornando para 15% a partir de 01 de janeiro de 2019.

Os efeitos desta Lei impactaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 no montante de R$ 971.

b) O Banco Central do Brasil emitiu em 25 de junho de 2015 a Resolução CMN nº 4.424 definindo que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) - Benefícios a Empregados (CPC 33).

A Administração está avaliando os impactos futuros nas Demonstrações Financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA

Juraci Barbosa Sobrinho
Presidente

Heraldo Alves das Neves
Diretor Administrativo e Financeiro

Samuel Ieger Suss
Diretor Jurídico, Riscos e *Compliance*

Omar Sabbag Filho
Diretor de Operações do Setor Público

Clemenceau Merheb Calixto
Diretor de Operações do Setor Privado

Luiz Renato Oliveira Jorge Hauly
Diretor de Mercado e Relações Institucionais

CONTADORA

Luciane Tessaro Perissatto - CRC PR-044315/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Ricardo Machado Costa
Presidente

Ruy Fonsatti Júnior
Vice-Presidente

Alexandre Teixeira
Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque
Claudio Stabile
Darci Piana
Flávio Montenegro Balan
Juraci Barbosa Sobrinho
Norberto Anacleto Ortigara
Rodrigo Rafael de Medeiros Martins

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas: Os membros efetivos do Conselho Fiscal da FOMENTO PARANÁ, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, baseando-se nos documentos examinados e no Relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FOMENTO PARANÁ, são da opinião de que as citadas peças encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 15 de março de 2016.

Edgard Ribeiro Pimentel
Conselheiro

George Hermann Rodolfo Tormin
Conselheiro

Luiz Fabrício Betin Carneiro
Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2015

Atividades Desenvolvidas

Conforme disposto na Resolução nº 3.198/2004 do CMN, o **Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S.A.** desenvolveu as seguintes atividades:

I. Revisou as Demonstrações Financeiras Trimestral e Semestral da Agência de Fomento do Paraná S.A.;
II. Analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras;
III. Avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;
IV. Avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;
V. Identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;
VI. Analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;
VII. Cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e BACEN.

Conclusões

As informações e observações obtidas no 2º Semestre de 2015 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, o que, de nenhum modo, afasta a necessidade de contínuas revisões e implementações de melhorias.

Constatou-se que a Auditoria Independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

Em relação à Auditoria Interna, constatamos sua progressiva efetividade, com demonstrações de evoluções, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e na qualidade de seus relatórios.

Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S.A. em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo Bacen.

Curitiba, 15 de março de 2016

Arwed Baldur Kirchgässner
Coordenador

Marcelo Borges Lacerda
Membro Qualificado

Francisco Xavier De Oliveira
Membro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Agência de Fomento do Paraná S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Paraná S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 8 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1